

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura: A palavra que vem de Deus e fala de Deus para a salvação do mundo*. Tradução Ney Brasil Pereira. São Paulo: Paulinas, 2014. pp. 241.

*Armando Rafael Castro Acquaroli\**

A Pontifícia Comissão Bíblica, criada em 1903 pelo papa Leão XIII, inicialmente tinha como objetivo evitar os desvios da interpretação da Bíblia. Porém, desde o Vaticano II, não é mais considerada um órgão do Magistério, mas uma “*comissão de peritos*” que “*gozam da confiança*” do mesmo (cf. PCB. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. 1993). Desde 1971, é composta de 20 membros, sob a presidência do Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Atualmente, tal encargo é exercido por Gerhard Müller. O único brasileiro do grupo, desde 2001, é o Pe. Ney Brasil Pereira, nascido em São Francisco do Sul (SC) e pertencente ao clero da Arquidiocese de Florianópolis. Ele foi também o responsável pela versão em língua portuguesa da presente edição.

A tradução foi feita partindo do original italiano. Vale lembrar que o último documento feito pela Comissão em latim foi o “*Provida Mater*”, de 1964, sobre a verdade histórica dos evangelhos. O trabalho de Pe. Ney está excelente, mas precisariam ser feitas algumas correções: em vez de “*fundamental*”, usar “*fundamentais*” (n. 5); “*sotolineamos*” (n. 51) deveria ser “*sublinhamos*”; “*matéria*” (n. 63), por ser uma citação em latim, não tem acento; trocar “*codividir*” (n. 97) por “*compartilhar*”. Como se percebe, em 241 páginas, há raros erros, o que denota acurada revisão feita pelo responsável.

O documento surgiu a partir do convite feito por Bento XVI, na *Verbum Domini* 19, para aprofundar o tema de Inspiração e Verdade. Além disso, conforme se constata no Prefácio de Müller, vem a ser uma resposta aos questionamentos, feitos por leitores da Bíblia, por exemplo, acerca dos “*contrastos entre o que se lê nos relatos bíblicos e os resul-*

\* Concluiu o curso livre de Teologia no ITESC em 2014 e pertence à Diocese de Joinville. Bacharel em Teologia pelo ITESC/FAJE, Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte, MG.



*tados das ciências naturais e históricas*” (p. 5). Ressalta, com isso, que Jesus é a perfeita Verdade para a qual todos escritos bíblicos se orientam. Portanto, há um caráter eminentemente pastoral do texto.

Já na Introdução acena-se para o duplo sentido da expressão Palavra de Deus ou do Senhor, da liturgia. Pode ser a “*palavra que provém de Deus*” ou que “*fala de Deus*” (n. 3). Ainda neste número define-se o conceito de “Inspiração”: que tem Deus por autor; e de “Verdade”: que tem Deus como assunto primeiro e central.

O texto é dividido em três partes que tratam respectivamente da Inspiração, da Verdade, e dos Desafios que advêm da Bíblia. Com isso, tem-se em vista uma “*recepção madura e adequada da palavra de Deus*” (n. 4). A primeira parte, *O testemunho dos escritos bíblicos sobre sua proveniência de Deus*, (nn. 5-61) tem o pressuposto da “Inspiração” na *Dei Verbum* que afirma que Deus é o autor (cf. DV, 6) da Bíblia, mas que essa foi feita por homens que são “*verdadeiros autores*” (DV, 11). No entanto, o fundamento do NT para a *Inspiração* é pobre. Pois, os dois únicos textos que falam disso não podem ser usados como critérios gerais, visto que, tanto na 2Tm 3,16 quanto na 2Pd 1,20-21, o conceito de Escritura não era o mesmo que temos hoje, posto que não havia o cânon atual.

Acerca dos critérios de verificação dos textos, é mister considerar, no que tange aos Evangelhos e escritos apostólicos genericamente, dois elementos: “*a fé viva em Jesus (1) e a pessoa de Jesus, que é o cume da revelação divina (2)*” (n. 10).

Passando ao Antigo Testamento, começa-se canonicamente pelo Pentateuco. Ali faz uma análise muito bela de Moisés como “*mediador inspirado da revelação e intérprete autorizado da Palavra divina*” (n. 11). Por outro lado, se considera tais livros, de modo fundamentalista, como composições de Moisés. O texto principal apresentado é o Decálogo que “*como texto [...] está ligado à ideia de ter sido escrito pelo próprio Deus*” (n. 12).

Na inspiração dos livros proféticos, destacam-se fórmulas como “*assim diz o Senhor*”, “*a palavra do Senhor veio a...*” as quais atribuem a autoria da mensagem ao próprio Deus e não ao profeta. (cf. n. 13). No que tange especialmente a Josué, acentua-se que em cada etapa da conquista da Terra Prometida, o Senhor lhe diz “*o que ele deve fazer*” (n.15). A conclusão é de que “*os livros proféticos se apresentam integral-*



mente como Palavra do Senhor” (n. 16), mas não se diz o mesmo dos livros históricos, limitando-se a explicar que tal Palavra “*ocupa lugar preponderante*” e “*tem uma eficácia infalível*” (ibid.).

Ao tratar dos Salmos, utilizam-se dois exemplos, o SI 17 e o SI 50, enfatizando que cada súplica e ato de louvor “*sejam interpretados como obediência ao mandamento divino. Toda oração é, portanto, ‘inspirada’ por Deus*” (n. 18). Enquanto nos Salmos o ser humano fala a Deus, nos Sapienciais “*os homens falam a homens*” (n. 20). Desta feita, sobre o Eclesiástico se diz que seu autor uniu-se a Deus pela leitura acurada e crente das Escrituras. Por conseguinte, o livro provém de Deus.

No que tange aos Evangelhos, embora haja divergências e convergências, foram focadas as últimas somente. O destaque foi para a culminância da comunicação de Deus que se dá em Jesus, cuja síntese histórica é sintetizada no número 24. Mesmo que não fale de alegorias, analisa os Evangelhos nessa perspectiva. Assim, relaciona-se a tentação de Jesus ao povo de Israel no deserto, a transfiguração à revelação Sináitica, e a multiplicação dos pães ao maná. O acento, porém, está no Espírito Santo e em suas ações na vida de Jesus.

Ao tratar de Atos dos Apóstolos, afirma que o dado fundamental de sua proveniência divina está no “*relacionamento pessoal imediato entre Jesus e essas ‘testemunhas oculares’ e ‘ministros da Palavra’*” (n. 34). Acerca de Paulo fala-se que ele mesmo atesta “*a origem divina do seu apostolado e do seu Evangelho*” (n. 42) recorrendo a textos bem selecionados.

Já à carta aos Hebreus dedica-se atenção especial, pois nela a Palavra de Deus não é apresentada “*como revelação de verdades, mas como meio para estabelecer relações entre pessoas*” (n. 43). Em relação ao Apocalipse, como não aparece de modo explícito a expressão “*inspiração*”, há uma rica interpretação: O escrito provém do Pai, mediante Jesus Cristo, que é o portador, que exprime sinais, os quais são percebidos por João através do anjo que os explica. João, por sua vez, transmite a revelação às Igrejas. (cf. 45). Portanto, João passa por um processo de dilatação contínua, abrindo-se ao mistério de Cristo, que passa pela humanidade do intérprete.

Tratando da visão geral do relacionamento de Deus com o autor humano, vale a expressão, na esteira da *Dei Verbum*, de que a inspiração é a mesma para todos os autores bíblicos, mas é variegada, por causa



da economia da revelação divina (cf. n. 52). Nesse sentido, a inspiração está em cada texto particular como também no conjunto do cânon. Por isso, a leitura canônica é recomendada. Um exemplo de como utilizá-la é oferecido pelo exemplo da teologia da criação, que é citada em diversos textos (cf. n. 56).

A conclusão da primeira parte apresenta a Bíblia, de modo indireto, comparada aos “clássicos” antigos. Em seguida, mostra a história, de modo breve, da formação do cânon, trazendo novidades das pesquisas recentes sobre o assunto.

Sobre a segunda parte, tem-se *O testemunho dos escritos bíblicos sobre sua verdade* (nn. 62-103). Partindo dos esforços para compreender o sentido da “Inerrância”, afirma-se que a Sagrada Escritura intenta “*comunicar a Verdade enquanto é relacionada com a nossa salvação*” (n. 63). Tal verdade, por isso, é entendida no sentido trinitário, cristológico e eclesial.

Ao abordar alguns textos, questiona o fundamentalismo, embora não utilize essa expressão. É o caso de Gn 1-2 que, muitas vezes, é lido procurando-se o “como” os fatos ocorreram. Aqui ainda vale um louvor à interessante interpretação do ser humano, que no relato, tem como tarefa “*tomar cuidado da criação*” (n. 67), em vez da tão debatida tradução “dominar”.

Acerca do decálogo, o documento diz que as duas redações (Ex 15 e Dt 5) têm pontos em comum, mas com sua especificidade: numa, há a teologia da criação e noutra, a teologia da salvação, respectivamente (cf. n. 68). O ponto que parece problemático é a conceituação do decálogo como uma espécie de “*catecismo*” (n. 69) para Israel. Embora a expressão apareça no texto entre aspas, é muito anacrônica e não leva em conta o caráter mais amplo do conceito de Torá.

Ao analisar os Salmos, o texto traz um elemento já bastante consagrado na teologia bíblica, mas reticente na doutrina, a saber, a paternidade de Deus aliada à maternidade. Essa última aparece inegavelmente na expressão hebraica *rehem*, que evoca o útero (cf. n. 75). Sem dúvida, apresentar Deus com amor materno é um avanço nos estudos “oficiais” da Igreja.

Acerca dos Evangelhos, apresenta-se uma definição bastante firme ao dizer que “*não podem ser reduzidos a criações simbólicas, míticas, poéticas, de autores anônimos, mas são uma confiável narração*” (n.



84). O acento, porém, está em seu caráter salvífico. Sobre Paulo, o foco está na cruz por ele anunciada a partir do evento da ressurreição, que é o pressuposto de sua pregação.

É interessante o aprofundamento da questão da verdade, partindo da veracidade do Pai, de Cristo e das Palavras inspiradas e inspirantes, desenvolvidas nas dez ocorrências em que aparece o termo “verdadeiro” (cf. nn. 98-100).

A terceira parte aborda a *Interpretação da Palavra de Deus e os seus desafios* (nn. 104-136). Os pressupostos assumidos são a *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII e a *Dei Verbum*. Considera-se, portanto, que os textos vetero-testamentários contêm verdades, mas “*são narrações teologizadas*” (n. 104). Nesse sentido, nenhuma passagem da Escritura pode ser eliminada, mesmo as que transmitem ideias “anti-cristãs”, pois ainda assim contêm um valor parenético.

Ao analisar os problemas históricos que desafiam a hermenêutica, inicia-se com o ciclo de Abraão. Este precisa ser lido na perspectiva do pós-exílio. Assim como o povo perdera tudo, e vivera pela fé, Abraão, o protótipo do povo, foi visto como o pai da fé. Portanto, “*mais que os fatos concretos, é importante a sua interpretação.*” (n. 107). De modo semelhante ocorre com a passagem do Mar (Ex 14) que é tida como uma nova criação.

A respeito de Tobias, aparece outro argumento já consolidado da teologia, mas pela primeira vez “oficializado”. É a consideração do demônio Asmodeu como “*um personagem fictício*” (n. 109), do mesmo modo que o anjo Rafael. O texto, porém, ressalva que não são fictícias suas respectivas capacidades “diabólica” e “de auxílio”.

Quanto aos Evangelhos e as contradições ali presentes, por exemplo, na infância de Jesus, admite-se que é difícil encontrar uma solução para isso. Por outro lado, acentuam-se as convergências ali presentes. Acerca dos milagres de Jesus, o texto dá a entender que teriam *realmente* acontecido. Não obstante, o essencial da mensagem evangélica é o apelo à conversão.

Atinente à violência na Bíblia, é mister ter presente as matizações. Desta feita, a violência deve ser entendida contra o mau em si, não como registros históricos. Seria como uma espécie de símbolo, análogo ao das parábolas. Nesse sentido, tais textos devem “*servir de modelo para o justo agir dos seres humanos*” (n. 127).



Por fim, os textos com caráter machista, que aparecem sobretudo em Paulo, precisam ser lidos dentro do conjunto da obra. Assim, quando o apóstolo pede a submissão ao marido, isso deve ser compreendido à luz de Ef 5,21: “*submetei-vos uns aos outros*” (n. 132). Do mesmo modo, o silêncio das mulheres nas reuniões não é visto como um princípio absoluto, mas “*um meio adaptado à situação das assembleias de então*” (n. 133).

Como conclusão, afirma-se: “*está aqui formulado um possível percurso hermenêutico*” (n. 150). Isso significa que o caminho da interpretação não está fechado nestas breves páginas, mas continua ao longo da história da Igreja, que sabiamente interpreta a Bíblia de acordo com os novos sinais dos tempos.

Nesse sentido, vale a pena ler o texto, visto que amplia um pouco mais a compreensão das Sagradas Escrituras, sobretudo aos cristãos que não têm acesso aos mais modernos métodos exegéticos. Num mundo tão diluído nos mais variados relativismos, a reflexão sobre a verdade é pertinente. Do mesmo modo, a inspiração, tão contestada pelas ciências, quando refletida seriamente, tendo como adminículo a própria ciência exegética, torna-se oportuna.

Certamente, ainda ficam muitos questionamentos, visto que nenhum texto consegue ter um alcance cabal, por exemplo: Pode um não crente encontrar a Verdade nas Escrituras? Os diversos “cânon” usados ao longo da história são inspirados? E a tradução, consegue transmitir tanto a verdade como a inspiração de um texto? Não obstante isso, é patente que a Igreja não foge dos problemas diante dos quais se depara, mas procura respondê-los com audácia e seriedade.

*Endereço do Recensor:*

Rua Ipiranga, 227

Centro

88390-000 BARRA VELHA, SC



SARAIVA, F. R. dos Santos. *Harpa de Israel ou Psaltério*. Nova tradução dos Salmos, tirada do texto hebreu, ed. de G. W. Chamberlain, São Paulo, 1898, 15,5 x 21,5, pp. XXIX + 488.

Ney Brasil Pereira\*

Para grata surpresa minha e, creio, de todos os que se interessam pela tradução da Bíblia para o português a partir dos originais, chegou às minhas mãos, por intermédio do Pe. José Artulino Besen, daqui de Florianópolis, um exemplar desta notável tradução dos Salmos em português, elaborada aqui no Brasil e publicada, em São Paulo, pasmem... no final do século XIX! A surpresa vem do fato de que nunca, nas traduções brasileiras dos Salmos, li qualquer referência a esta obra notável, original, produzida por um hebraísta e dicionarista abalizado como foi Francisco Rodrigues dos SANTOS SARAIVA, cujo nome aliás é o de uma das artérias centrais do bairro do Estreito, em Florianópolis. O subtítulo completo da obra diz o seguinte, na ortografia da época:

*Nova tradução dos psalmos, tirada do texto hebreu, seguida de anotações, em que são apontadas, discutidas e elucidadas numerosas discrepâncias entre a Vulgata Latina, a Versão de Antonio Pereira de Figueiredo, e o texto original hebreu.*

Antes, porém, da recensão como tal, cito o que o prof. Elmar Joenck escreveu sobre o autor, numa recensão do Dicionário Latino “Saraiva”, recensão publicada na revista “Encontros Teológicos”, do Instituto Teológico de Santa Catarina<sup>1</sup>: “Tal como “Aurélio”, “Saraiva” é sinônimo de dicionário, do mais famoso e completo dicionário latino-português. No ano 2000, em 03 de julho, decorreram cem anos do falecimento de seu autor, Francisco Rodrigues, o “Santos Saraiva” dos latinistas, “a figura singular de erudito, padre, filósofo, cientista, professor, poeta, polemista, tradutor e exegeta do século XIX”, conforme síntese do Pe.

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e professor na FACASC/ITESC de Florianópolis, SC.

<sup>1</sup> JOENCK, Elmar, Recensão de SANTOS SARAIVA, in “Encontros Teológicos”, ITESC, Florianópolis, n. 34 (2003/1), pp. 113-116.



Artur Rabuske<sup>2</sup>, donde colhi a maioria dos dados de também esta síntese de memória e homenagem.

Filho de um rabino espanhol convertido ao catolicismo, Francisco Rodrigues dos SANTOS SARAIVA nasceu em Portugal. Com o pai agricultor, já se iniciou no hebraico. Em 1850, com 16 anos (!), doutorava-se em Direito e Teologia pela Universidade de Coimbra, já com certa fama de linguista e estudioso de assuntos eclesiásticos. Além de aprofundar-se no Latim e no Grego, foi estudar em Londres o Fenício, o Siríaco e o Árabe, e mais um pouco do Chinês e das línguas nórdicas, além de numismática e paleografia. Ordenado padre católico (apesar de “iludido nas minhas esperanças espirituais”, escreveu), em 1860 exercia a função de capelão entre os ingleses das minas de Morro Velho, MG. Ali traduziu um livro do francês, sobre Jesus Cristo. De 1862 a 1864 exerceu as funções de vigário em três diferentes localidades do Rio Grande do Sul, tempo em que escreveu, em prosa e verso, em periódicos de Pelotas e Porto Alegre. Nesse tempo elaborou a obra nunca publicada, ‘*Origens do Cristianismo*’. [...]

Em 1887 reapareceu, com artigos, nos jornais do Desterro (Florianoópolis), a favor da República, das liberdades religiosas, da separação da Igreja do Estado. Em 1888 publicava, no Rio, a obra “*A Burla Católica Romana*”. Desiludido com as primeiras realidades da República recém-proclamada, deixou de escrever, e vendeu seu sítio no Desterro, mudando-se para Pelotas, RS, onde foi professor até 1891. De certo fugindo da Revolução Federalista (dos Maragatos), em maio de 1892 estava em São Paulo, onde passou a lecionar diversas matérias, primeiro na Escola Americana, depois no famoso Colégio Mackenzie, onde seu filho Eliézer se diplomaria como engenheiro. Escreveu e polemizou no Suplemento Literário do “Correio Paulistano” e na revista “O Estandarte”. Em 1898 publicou “*Harpa de Israel*”, isto é, a tradução dos salmos bíblicos, diretamente do hebraico. Essa tradução era o começo de um projeto maior, não levado avante, o de elaborar uma nova tradução portuguesa de toda a Bíblia, a partir dos originais hebraicos e gregos, já que as duas traduções então correntes apresentavam defeitos: a de Antônio Pereira de Figueiredo, em bom português, mas nem sempre fiel aos textos originais, por simplesmente traduzir o latim da Vulgata de Jerônimo, o qual, segundo Saraiva, teria reproduzido as falhas do grego da Septuaginta;

<sup>2</sup> RABUSKE, A. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, número 05, pp. 119-157.



quanto à de João Ferreira de Almeida, mais fiel ao hebraico, ‘pecava lamentavelmente na vernaculidade’...”

Até aqui, as informações essenciais sobre o autor. A tradução como tal é precedida de um “Prólogo” (pp. VII a XIX), datado de 26 de abril de 1894, no qual Saraiva justifica a sua empreitada. Depois de ressaltar a excelência dos Salmos na Escritura, ele assim se refere à dificuldade de traduzi-los: “Nesta parte poética da Escritura topa, com efeito, o intérprete, em gravíssimas dificuldades, e algumas impossíveis, talvez, de serem cabalmente resolvidas. Farei, contudo, o que me for concedido por Quem tudo conhece. Pois nenhuma língua, é certo, carecia tanto duma nova tradução da Bíblia, de acordo com os recentes conhecimentos adquiridos em filologia, lexicologia e arqueologia hebraicas, como a nossa...” (p. X) A seguir, depois de comentar as falhas, tanto da versão de Almeida, como da versão de Figueiredo, Saraiva propõe voltar-se decididamente para o texto hebraico original, inclusive criticando a versão dos LXX e, mais ainda, a Vulgata Latina, especialmente pela sua equivocada, segundo ele, tradução do verbo hebraico.

Neste particular, assim escreve Saraiva: “A parte do discurso em que menos se corresponde a língua hebraica com as línguas indo-europeias, e que maior dificuldade oferece de tradução, é sem dúvida, o verbo, de natureza especialíssima, tendo só duas formas gerais, a que os modernos gramáticos chamaram *perfeita e imperfeita*, indicando aquela uma ação concluída; esta, uma começada e por concluir; de sorte que mais lhes quadra a qualificação de modos verbais, que de tempos, e não correspondem propriamente nem ao pretérito, nem ao presente, nem ao futuro do nosso verbo, ainda que sejam vertidos por alguns desses tempos, por falta de um melhor e mais apropriado correspondente em nossa linguagem. [...] Ora, vertendo os LXX sistematicamente a forma perfeita pelo aoristo, e a imperfeita pelo futuro, no que a Vulgata Latina acompanha servilmente a versão grega, devem cair em grosseiros erros de interpretação, fazendo desaparecer do seu texto a graça, a vivacidade e força do original<sup>3</sup>, se não é que muitas vezes o tornam ininteligível ou absurdo” (pp. XV e XVI).

<sup>3</sup> Observação semelhante à que faz o neto de Ben Sirá, em relação à sua tradução da obra do avô: “Os vocábulos hebraicos, quando vertidos para outra língua, já não têm a mesma força. E não só neste escrito. A própria Lei e os Profetas, e o conteúdo dos outros livros, apresentam não pequena diferença, quando lidos no original” (cf. Prólogo do livro do Sirácida/Eclesiástico).



Quanto ao nome próprio de Deus, Saraiva opta por rejeitar o título “Senhor”, da LXX e da Vulgata, e translitera o tetragrama como *Iahvéh*<sup>4</sup>, assim concluindo a sua argumentação: “Sendo, portanto, esta forma a que reúne a seu favor maior número de votos entre os críticos da atualidade, e a que goza também de maior probabilidade de representar a legítima pronúncia do nome divino, sem receio de *pecha* de pedantismo perante espíritos incorrigivelmente rotineiros, ou de ofender olhos e ouvidos nímio melindrosos ou mal acostumados, empregá-la-ei na presente tradução todas as vezes que no texto ocorra YHWH. O mesmo farei na forma apocopada YH, transcrevendo *Iáh*” (p.XVII).

Quanto aos nomes históricos e geográficos, Saraiva defende a sua posição de evitar “a irracional e escandalosa *estragação* [*sic*] ortográfica dos nomes próprios hebraicos na versão grega e latina, de onde o vício promanou para as versões vernáculas. [...] Seguindo, pois, o exemplo dos mais modernos tradutores bíblicos, procurarei fazer a exata transcrição ortográfica dos nomes próprios históricos e geográficos, empregados no texto dos salmos” (p. XVIII)

Quanto às suas fontes, Saraiva diz ter traduzido do texto hebraico da edição de Tauschnitz, 1880, confrontando-o com o texto da LXX, da ed. também de Tauschnitz, 1868; com a Vulgata, ed. de Scio, Barcelona, 1863; com a versão latina de Jerônimo, ed. de Scio, Barcelona, 1863; com a versão de Figueiredo, Lisboa, 1808; e com a versão de Almeida, revista e corrigida, Lisboa, 1877. Quanto a versões contemporâneas dos salmos, diz ter consultado várias versões inglesas: a de Oxford, 1887; a de Perowne, 1892; a de Hengstenberg, 1857; a de Alexander, New York, 1853; a de De Witt, 1886; a da igreja anglicana, Londres, 1873; além da versão francesa de Ostervald, Paris, 1879. Diz também ter-se valido “dos modernos trabalhos em arqueologia, filologia e lexicologia hebraica, principalmente dos de Kitto e Gesenius”.

Dos nomes próprios, históricos e geográficos, mencionados acima, Saraiva fornece a lista alfabética, nas pp. XXI a XXIV. Nessas transcrições chama a atenção o uso da consoante “x” para representar o som do shin, p. ex. *X'muel*, *Xaúl*, *X'lomoh*... Última lista, antes da tradução propriamente dita, é a dos “lugares em que a Vulgata latina e a versão de Figueiredo oferecem com o texto hebraico graves divergências”. Esta lista ocupa três páginas, em duas colunas, poucos salmos escapando do

<sup>4</sup> Forma do nome divino vulgarizada entre nós desde o final da década de 60 e começos da de 70, especialmente em escritos ligados à Teologia da Libertação.



crivo do tradutor (pp. XXVII A XXIX). A propósito, Saraiva distingue entre “Vulgata Latina” e “versão de Jerônimo”. Hoje, na Igreja Católica, temos a Nova Vulgata, publicada em 1978 e revista em 1986, apresentando um texto latino bastante fiel em relação ao Texto Massorético. Nas minhas observações à tradução de Saraiva, verificarei, por amostragem, se as ferinas críticas dele à “Vulgata Latina” foram superadas, ou não, na Nova Vulgata.

Comecemos pelo **Salmo 1**, apresentando, primeiro, a versão de Saraiva, apenas atualizando sua ortografia:

1. *Oh ditoso do homem, / que não vai atrás do conselho dos perversos, / que não se detém no caminho dos pecadores, / e que na roda dos zombadores não se assenta!*
2. *Mas na lei de Iah'veh se compraz, / e na sua lei medita dia e noite.*
3. *Ele é qual árvore plantada à beira de levadas, / que no tempo próprio produz seu fruto, / e cuja folha não cai: / ele faz prosperar tudo quanto efetua.*
4. *Não são assim os perversos; / mas como a grança que o vento dispersa.*
5. *Por isso não podem os perversos subsistir em juízo, / nem os pecadores no ajuntamento dos justos;*
6. *Porque dos justos conhece Iah'veh o caminho, / mas o caminho dos perversos desvanecer-se-á.*

Quanto ao v. 1, Saraiva anota: “No lugar em que o hebr. diz *moxebh letsím* (roda ou ajuntamento de zombadores), a Vulgata tem *cathedra pestilentiae*, que Figueiredo verte *cadeira da pestilência*, expressão que de modo nenhum exprime o pensamento original; pois este fala claramente do ajuntamento dos que, reunidos, se põem a escarnecer da Lei de Deus” (p.304). A Nova Vulgata corrigiu, tendo *in conventu derisorum*.

Quanto ao v. 4: “A Vulgata repete por sua conta as palavras *non sic*, que Figueiredo reproduz, sendo que seu correspondente original *ló' Ken* é expresso uma só vez. Este inconveniente da Vulgata notou-o o próprio Bossuet” (ibid.). A Nova Vulgata mantém a repetição.

Ainda no v. 4: “O original diz *môts* (palha miúda, moinha, grança) mas a Vulgata verte como *pulvis* (pó), além de acrescentar as palavras *a facie terrae* (da face da terra), desfigurando deste jeito a bela e enérgica



imagem do texto original” (ibid.). A Nova Vulgata mantém *pulvis*, mas não acrescenta *a facie terrae*.

Vejamos agora o **Salmo 2**, como procedemos acima com o Salmo 1.

1. *Por que se amotinam as nações / e os povos tramam vão desígnio?*
2. *Insurgem-se os reis da terra, / e os príncipes se mancomunam / contra Iah'veh, e contra seu Ungido, (dizendo):*
3. *Espedacemos as suas cadeias, / e sacudamos de nós os seus grilhões!*
4. *O que mora nos céus, se ri; / o Senhor zomba deles.*
5. *Então Ele lhes fala em sua ira, / e na sua cólera os confunde:*
6. *Eu, porém, estabeleci meu rei / em Tsión, meu santo monte.*
7. *Eu falarei acerca do decreto: / Iah'veh me disse: Tu és meu Filho; / Sou Eu quem hoje te gerei:*
8. *Pede-me, que Eu te darei as nações por tua herança; / e as extremidades da terra, por tua posse.*
9. *Quebrá-las-ás com cetro de ferro; / fá-las-ás pedaços, como vaso de oleiro.*
10. *Agora, pois, ó reis, fazei-vos prudentes! / Vós, ó príncipes da terra, estai de sobreaviso!*
11. *Servi a Iah'veh com temor, / e com tremor vos regozijai!*
12. *Osculai o Filho, que não se irrite Ele, / e vos percais no caminho; / porque sua ira num instante se inflama: / oh, ditosos de todos os que nele confiam!*

Quanto aos vv. 1 e 2, assim Saraiva: “Compreendendo estas duas primeiras estrofes como o começo de uma visão atual de povos e príncipes, em rebelião contra Deus, é singular que a Vulgata, e com esta seus tradutores, exprima pelos pretéritos *fremuerunt, meditati sunt, astiterunt, convenerunt*, os correspondentes verbos originais, que, estando uns no modo *perfeito*, outros no *imperfeito*, exprimem todos uma atualidade indeterminada, que nas línguas ário-europeias não pode ser adequadamente expresso, senão pelo presente. O mesmo erro se lhe nota nos vv. 4 e 5, parte da mesma visão atual, usando dos futuros *irridebit, subsannabit, loquetur, conturbabit*, em vez dos respectivos presentes” (p.305). A Nova Vulgata os mantém: tanto os pretéritos como os futuros.

Quanto ao v. 6, diz que “ái é mais grave o erro da Vulgata. Sendo a proposição ativa *va'anî nasakti malkî* (*eu, porém, estabele-*



*leci meu rei)* traduzida pela passiva *ego autem constitutus sum rex ab eo*, é evidente que o sentido do original fica inteiramente transformado...” (ibid.). A Nova Vulgata corrigiu: *Ego autem constitui regem meum*.

Quanto ao v. 12, diz Saraiva que “a Vulgata, representando o hebr. *nashqû-bar (osculai o Filho)* pelos termos *apprehendite disciplinam* (Figueiredo traduz *tomai ensino*), nem sequer de longe exprime o sentido textual. É uma exortação aos reis e príncipes a prestarem obediência ao Filho de Deus, isto é, ao Messias; pois no estilo oriental *beijar* equivale a *respeitar, venerar, prestar obediência*. O resto do versículo é igualmente desfigurado pela versão romana, que, de mais, o divide arbitrariamente...” (ibid.). A Nova Vulgata mantém os termos *apprehendite disciplinam*, mas não divide o versículo. Quanto à qualificação de “versão romana”, ao longo do comentário Saraiva insiste na má qualidade, a seu ver, da Vulgata Latina, aprisionada, segundo ele, pelo “imobilismo infalibilista e obscurantista” da Igreja Católica. Esse amargor contra a Igreja, da qual se afastara, não lhe tira, porém, a fé em Deus, expressamente reafirmada no *post-scriptum* da obra: “Ao Supremo Autor de toda a verdade, graças sejam dadas para todo o sempre” (p.488).

A propósito, antes de concluir, vale a pena transcrever aqui o mencionado *post-scriptum*: “O autor deste trabalho podia, nas suas explanações, multiplicar o número das discrepâncias, que realmente se notam entre o texto da Vulgata Latina, o de seu tradutor vernáculo, Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, e o texto original hebraico. Limitou-se, porém, agora, a algumas delas somente, àquelas que fácil e naturalmente podem dar na vista do comum dos leitores.

Não espera, é verdade, que este zeloso empenho possa, de qualquer modo, aproveitar ao texto e código fundamental da fé católica romana; porque, além de correr, há séculos, sob autoridade e sanção conciliares, e com o prisme<sup>5</sup> de sua teologia e exegese bíblica, seus mantenedores, sobre serem sobranceiramente autoritários e incorrigíveis, acham-se já agora encastelados na infalibilidade papal<sup>6</sup>, tenaz e afincadamente empenhados em dar curso às doutrinas ultramontanas do *Syllabus*<sup>7</sup>; nem

<sup>5</sup> “Prasme”: arcaísmo (?) que não consta no Aurélio. Seria, pelo contexto, “chancela”?

<sup>6</sup> Proclamada em 1870, no concílio Vaticano I, pouco antes da data em que Saraiva escreve.

<sup>7</sup> Documento de Pio IX, listando os erros “modernos”, em 1864.



confia, tão pouco, em que seja profícuo e bem aceito a uma parte de protestantes, entre nós, que parece serem algidamente indiferentes a semelhante assunto e, se não exclusivos, egoístas, intolerantes, retrógrados e, alfim, paradoxais, sistematicamente rotineiros.

Crê, contudo, que a muitos católicos romanos, de boa fé (que os há, mercê de Deus), expurgados de preconceitos, superstições, fetichismos, e amantes da pureza da palavra divina escrita (quais por certo não faltam), e bem assim às sociedades bíblicas protestantes, que tanto se esforçam por dar aos cristãos de todas as comunhões, depurado de fantasias, erros e interpolações, o texto sagrado, serão agradáveis, úteis e bem aceitas estas lucubrações.

Isto não obstante, fica já esperando por oponentes, não só no campo católico romano e ultramontano, mas até no próprio arraial protestante. A respeito de uns e de outros tem de antemão pautado seu procedimento. Nem à crítica malévola e desbragada, em linguagem e estilo padrescos, de espadachins ultramontanos, nem também a preconceitos, impertinências e teimosices de protestantes, porventura menos habilitados, embora de boa fé, dará resposta. Folgará, porém, com a crítica ilustrada, sisuda e bem intencionada, de qualquer lado que ela venha, quando lhe mostre convenientemente suas ignorâncias, lhe indique os erros, em que ele caíra, e não soube evitar, os quais serão de bom grado recebidos, aproveitados com reconhecimento, e com prazer emendados em edição posterior<sup>8</sup>. Sendo, pois, assim, haja tal crítica o louvor e a homenagem que merece, e *ao Supremo Autor de toda a verdade graças sejam dadas para todo o sempre*” (pp. 487-488).

Terminando esta recensão, reitero minha agradável surpresa diante de obra tão significativa deste sábio poliglota e polígrafo português que passou metade da sua vida em nosso país, inclusive bom tempo nos arredores de Desterro, hoje Florianópolis, nas últimas décadas do século XIX. Felizmente, graças a Deus, estão superadas as queixas veementes que ele expressa em relação à resistência, da Igreja de então, em aceitar e promover a tradução do texto bíblico a partir das línguas originais. Exatamente na última década do século XIX – última década da vida de Saraiva – a Igreja dava os primeiros passos, decisivos, para a guinada que aconteceu na primeira metade do século XX: a encíclica

<sup>8</sup> Essa “edição posterior” não deve ter saído, pois Saraiva faleceu em 3 de julho de 1900, apenas dois anos depois da publicação da sua obra.



*Providentísimus*, de Leão XIII, em 1893, levou à *Divino Afflante*, de Pio XII, cinquenta anos depois, reconhecendo oficialmente, na exegese católica, o método histórico-crítico. Esta, porém, é a necessária, tantas vezes dolorosa, missão dos precursores: não reconhecidos no seu tempo, os pósteros lhes fazem justiça.

*E-mail do Recensor:*  
ney.brasil@itesc.org.br



MATOS, Henrique Cristiano José. *Preso estou, livre serei. Pastoral Carcerária: fundamentos, inspiração, atuação*. Belo Horizonte: Edit. O Lutador, 2014, 14 x 21cm, 164 p.

Ney Brasil Pereira\*

Início minha recensão citando as palavras do Apresentador do livro, Durval Ângelo: “A presente publicação vem preencher uma lacuna sentida há muito por todas e todos os que se dedicam à nobre missão de acompanhar as pessoas em privação de liberdade. Faltava-nos uma referência que conjugasse três elementos essenciais: primeiro, uma análise crítica e não superficial da realidade do sistema prisional, das condições a que são submetidas as pessoas que nele estão inseridas e suas consequências. Segundo, que retomasse os principais pilares evangélicos eclesiais e humanitários que sustentam o trabalho com o encarcerado e, por fim, que oferecesse orientações práticas de como desenvolver essa tarefa no desafiante cotidiano caótico do sistema prisional brasileiro” (p.11). Outra citação, a de Dom José Carlos de Souza Campos, que se apresenta como Bispo de Divinópolis, MG, “e (Bispo) também dos que se encontram atrás das grades”: “As palavras de Jesus, em Mt 25,36, tornam ‘os que estão na cadeia’, sem nenhuma especificação de conduta ou estado, em ‘sacramentos’ de Cristo, isto é, como lugares de especial presença do Senhor. [...] Como o Senhor quis estar presente no pão e no vinho, também esconde-se naqueles que habitam a escuridão e a insalubridade das celas” (p.13).

Bela, a capa. Título expressivo, com letras em branco – “*Preso estou, livre serei*” – sobre fundo azul escuro, no centro da capa um calabouço iluminado pela Cruz gloriosa, foi uma alegria muito grande ter este livro em mãos. Isto, pouco depois de haver reencontrado o autor, Frater Henrique, em julho p.p., todo empolgado com o trabalho iniciado em novembro de 2009, portanto há menos de cinco anos, no Complexo Prisional de São Joaquim de Bicas, na grande Belo Horizonte. Frater Henrique é holandês, deve ter os seus 70 anos, veio bastante jovem para

---

\* O recensor, presbítero da Arquidiocese de Florianópolis, é professor de Exegese Bíblica no Instituto Teológico de Santa Catarina e coordenador da Pastoral Carcerária em Florianópolis, SC.



o Brasil, aqui inculturou-se pelo viés do estudo da História, primeiro a do Brasil, depois a da Igreja, e tornou-se notável professor universitário e escritor nessas disciplinas. Em seguida, tendo-se aposentado das aulas e dedicando-se a escrever, descobriu agora, há pouco, que a Misericórdia, carisma de sua Congregação, concretiza-se e encarna-se, de modo especial, na pastoral carcerária! E este livro é fruto dessa descoberta... que me faz pensar na frase de Agostinho: “Tarde te amei, Beleza sempre nova, tarde te amei”... mas ainda em tempo!

Depois de recordar os primeiros passos, as primeiras iniciativas, inclusive a instalação de um “pequeno Centro de Atendimento ao Preso” (APC, Apoio à Pastoral Carcerária) e a formação de duas equipes de visita etc, o autor assim apresenta as “três partes” do seu livro: “o primeiro capítulo oferece uma visão da ‘realidade da prisão’, contextualizando-a; o segundo, aborda ‘os fundamentos’ de uma pastoral carcerária; o terceiro, oferece uma explanação da ‘estrutura’ e do ‘desenvolvimento’ do serviço da Igreja junto à população prisional” (p.23).

Quanto à “**realidade da prisão**”, título do primeiro capítulo, o autor começa recordando as barbaridades ocorridas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão, no final de 2013: “quatorze decapitados, entre 59 assassinados de janeiro até perto do Natal”... seguindo-se, nos inícios deste ano, o contraste “entre o tratamento reservado aos ‘mensaleiros’ condenados e os outros 10.326 ‘presos comuns’ da Papuda, em Brasília”, “revelando, mais uma vez, que a justiça não costuma ser ‘cega’ como retratam suas estátuas nos tribunais: frequentemente ela enxerga de forma discriminatória pessoas de condições diferentes...” (cf pp. 27-29). Menciona a atual crise do matrimônio e da família, com indícios tão fortes no sistema prisional, “muitos presos provindo de lares desfeitos ou de pais que nunca tiveram vínculos de amor duradouro, frutos de famílias esfaceladas pela migração, pelo alcoolismo do pai e/ou pela gravidez de adolescentes sem condições de serem mães, pelo desemprego, pelas drogas...” (cf pp. 30-31). O Papa Francisco fala de uma ‘globalização da indiferença’, que nos torna incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, onde “não há mais espaço para os outros, já não entram os pobres, já não ouvimos a voz de Deus, já não gozamos da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem” (*Evangelii Gaudium*, n. 2, cit. p.33).

Quanto ao “atual contexto sociopolítico e cultural”, escreve o autor: “Encontramo-nos envolvidos por uma ideologia de mercado no-



toriamente pragmática, competitiva, consumista e individualista. Lucro e especulação financeira funcionam como imperativos inquestionáveis. Divinizam-se eficácia e produtividade, fazendo-se deles parâmetros quase absolutos, em detrimento da pessoa humana e dos direitos inalienáveis da Natureza e dos outros seres vivos” (pp. 36-37). Nesse contexto encontra-se o flagelo das drogas, uma das causas maiores, atualmente, da superlotação das nossas prisões. Sobre esse flagelo, o autor cita um texto importante de João Paulo II, na Exortação *Ecclesia in America*, de 1999: “O flagelo das drogas não seria, em essência, o mal a ser combatido ou, pelo menos, o único a ser combatido. Ele seria muito mais o efeito de outro mal, maior e mais grave, a perda do sentido da vida. Daí a ênfase necessária na recuperação e prática dos valores básicos da virtude cristã e a denúncia dos comportamentos e atitudes contrários à preservação da vida, à solidariedade e amor ao próximo, à justiça etc. É necessário denunciar, com coragem e força, o hedonismo, o materialismo e aquele estilo de vida que facilmente induzem à droga” (cit. p. 43).

A seguir, o autor fala dos “objetivos aduzidos para ‘justificar’ a privação da liberdade”, objetivos reduzíveis a três: a punição retributiva, a prevenção de novas infrações, e a regeneração do condenado. E comenta: “Para quem tem maior conhecimento da realidade prisional, não é segredo que nenhuma dessas finalidades é atingida na maioria dos casos. A prisão deveria ter como meta primordial não a punição nem a intimidação, mas a reabilitação, a recuperação do infrator” (pp. 43-44). Padre Alfonso Pastore, grande apóstolo dos presos, falecido em 2000, assim escreve: “Os cidadãos presos, detidos, encarcerados, falharam, sim – senão todos, a maioria – mas nós, a sociedade e o governo, também falhamos contra eles antes do crime e, muito mais, após o crime. *Antes*, por todas as causas sociopolíticas e econômicas erradas e injustas... *Depois*, por não oferecermos, na quase totalidade das cadeias, condições de ressocialização e reeducação” (cit. na p. 44).

Bom número de páginas são dedicadas à descrição da “realidade vivida atrás das grades”: inteira dependência dos outros, atitude básica de submissão, perda da privacidade, solidão, sujeição às “regras da cadeia”, carência afetiva, prisões provisórias que se eternizam, revista vexatória às esposas e mães, deficiente assistência à saúde, dificuldade em oferecer estudo e trabalho... Infelizmente, como se expressa Julieta Lemgruber, ex-Diretora da Administração Prisional do Rio de Janeiro, “a morosidade da justiça e a burocracia excessiva contribuem para reduzir vidas humanas a simples peças processuais! Essa máquina não funciona



e é perversa: joga para dentro com muita facilidade, e tem um funil estreitíssimo do outro lado” (cit. p. 55). Quanto à ociosidade no sistema, o autor a qualifica de “maldita” (p. 56), e conclui, após várias considerações: “O trabalho fortifica e regenera, enquanto a ociosidade debilita e avilta. Em parte alguma, como na prisão, evidencia-se a incontestável verdade desses princípios” (p. 58).

Quais, então, as “perspectivas de recuperação ou ressocialização”, num sistema “que, na realidade, fabrica delinquentes em série, tornando-se um viveiro de ‘profissionais do crime’ pois estrutura-os no seu ambiente fechado, os solidariza, hierarquiza e predispõe para futuras cumplicidades”? (p. 60) Pe. Bruno Trombetta, durante mais de 30 anos coordenador da Pastoral Carcerária no Rio de Janeiro, assim resume as “consequências negativas da forçada reclusão”: o preso sofre um “processo de infantilização”, desenvolve a irresponsabilidade e o complexo de inferioridade, e se torna uma pessoa “marcadamente dependente” (cf p. 62). Assim sendo, é “urgente substituir a única pena de privação da liberdade por outras, como trabalhos sociais de interesse coletivo, capazes de restabelecer a paz, reconstruir a justiça e proporcionar o ressarcimento das vítimas” (p. 63).

Uma forma alternativa de prisão é a que foi criada em São José dos Campos, SP, em 1972, conhecida pela sigla APAC, “Associação de Proteção e Assistência ao Condenado”, e que se tem desenvolvido em Minas Gerais, inclusive em parceria com o Estado. Seu método é fundamentado na valorização humana, à luz do Evangelho e da experiência de Deus, lidando com condenados nos três regimes penitenciários – fechado, semiaberto e aberto – e acompanhando também os que gozam de trabalho externo e os egressos...” (pp. 64-65). Mas as APACS, continua o autor, “são ainda uma exceção no sistema prisional. Um privilégio de poucos” (p. 65). Quanto ao sistema oficial, chegamos a um beco aparentemente sem saída, como reconhece Juan Ernesto Méndez, do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU: “A experiência demonstra que, quanto mais se constroem presídios, mais eles se enchem” (cit. p. 67). A saída, porém, existe: “O próprio apenado, mediante penas alternativas, deveria ser o sujeito ativo do processo da sua reinserção na sociedade” (p. 66).

O segundo capítulo, intitulado “**fundamentos da Pastoral Carcerária**”, começa expondo seu objetivo: “A PCr existe para prestar um serviço à pessoa presa. Atua em nome da Igreja, a partir da gratuidade da mensagem libertadora do Evangelho, tendo em vista a integridade



de quem se encontra privado de sua liberdade, e a sua reintegração na sociedade” (p. 71). A seguir, evoca o “modelo da ação pastoral junto aos presos”, o Senhor Jesus, que se aproximou de nós “movido pela misericórdia”. Esta, como compaixão evangélica, constando de “três movimentos básicos: *Ver, interiorizar, agir*”, segundo o que o autor expõe mais largamente no seu livro “*No Movimento da Misericórdia*”<sup>1</sup>. Mais. “A PCr quer colocar em prática, na realidade prisional, as lições do Evangelho sobre nossas relações com o próximo. Ela parte da convicção de que o preso representa a imagem viva de Deus e, por isso, deve ser amado, ainda que seja inimigo, criminoso ou traidor (cf. Mt 5,43-48)” (p. 73). E ainda: “Estamos diante de uma das maiores surpresas e aparentes paradoxos do Evangelho: como explicar que a ‘salvação’ é oferecida gratuitamente àquele que mereceria a ‘condenação’?” (p. 74).

Na p. 75, não gostei, no subtítulo, do adjetivo “religiosas”, pela ambiguidade que esse termo carrega. Pelo conteúdo que segue, ficaria melhor: “Referências *bíblicas e eclesiais*”. De fato, o autor trata do “Jesus histórico, nosso irmão misericordioso” e de “Maria de Nazaré, nossa Mãe compassiva”. A seguir, relembra algumas “testemunhas na História da Igreja”, começando por alguns textos do Novo Testamento. Quanto à História da Igreja, inclusive a partir do fato de que, em tantas paróquias, verifica-se enorme dificuldade de reconhecer que a PCr faz parte integrante da ação evangelizadora, não concordo com a afirmação de que “*nunca os encarcerados foram esquecidos e menos ainda ignorados*”. É verdade que a afirmação seguinte relativiza esse “nunca”: “Sempre houve discípulos/as de Cristo que se preocuparam diretamente com os presos em nome da comunidade eclesial” (p. 80). Isto é, sempre houve “discípulos/as”, a saber, alguns... Na p. 81, senti falta, pelo menos em notas de rodapé, das fontes documentais onde se encontram os textos aludidos, inclusive o impressionante texto do Papa Nicolau II, do séc. IX, contra a tortura para arrancar confissões. Dela, entretanto, o autor diz que era prática corriqueira “naqueles tempos”: evidentemente, não só “naqueles tempos”... nossas delegacias que o digam! Quanto aos “Santos que atuaram na realidade prisional”, estranhei que apareça em primeiro lugar um santo lendário, do séc. VI, Leonardo de Noblac, sem qualquer referência documental... seguido pela figura notável de S. Vicente de Paulo e por um texto atualíssimo do jurista e chanceler inglês do séc.

<sup>1</sup> MATOS, Henrique Cristiano José, *No Movimento da Misericórdia*, BH, Edit. O Lutador, 1996, pp. 67-80.



XVI, S. Tomás Moro. Lembro-me aqui de S. Pedro Nolasco, fundador dos mercedários, votados à libertação dos escravos dos sarracenos no séc. XIII; de São Pedro Claver, jesuíta dedicado aos escravos negros em Cartagena, no séc. XVII; de São José Cafasso, dedicado aos condenados em Turim, em meados do séc. XIX... além das recentes figuras notáveis dedicadas à PCr em nosso país, que não é o caso de nomear nesta recensão.

Muito úteis, no livro, as vinte páginas de citações dos documentos papais sobre a PCr (pp. 85-105), começando com os pronunciamentos de Pio XII, um “aos presos da Itália e de todo mundo”, em 1951, e outro aos juristas, “sobre a ajuda cristã aos encarcerados”, em 1957. Seguem as palavras paternas de João XXIII, em plena oitava do Natal, poucas semanas após sua eleição, na visita aos presos da penitenciária “Regina Caeli”, em Roma; a mesma prisão foi visitada por Paulo VI, em 1964, com palavras igualmente cheias de ternura. João Paulo II, na sua primeira visita ao Brasil, visitou a Penitenciária de Papuda, em Brasília, deixando aí bela mensagem. De Bento XVI, o autor cita o extraordinário discurso aos presos do novo Complexo Penitenciário de Rebibbia, em Roma, poucos dias antes do Natal de 2011 (pp. 95-100). E comenta: “Se é verdade que a civilização de um país pode ser medida pela condição de seus cárceres, também é verdade que do calor das visitas aos institutos penitenciários surge a humanidade de um pontificado” (p. 95). Enfim, do Papa Francisco, em apenas 1 ano e meio de pontificado, temos uma série de declarações, que retomam o que ele fazia e dizia como Arcebispo de Buenos Aires. Mais de uma vez Francisco tem confessado a interrogação que faz a si mesmo, sempre que tem contato com os presos: “Por que ele está lá, e não eu?... Pois as debilidades que temos são as mesmas, por que ele caiu e não eu?” (p. 102). Aos participantes de um Congresso Internacional de Juristas, em 39-05 p.p., sobre o tema da Justiça, afirmou: “É necessário fazer justiça, mas a justiça autêntica não se contenta simplesmente com castigar o culpado. É necessário ir além e fazer o possível para corrigir...” (p. 103)

O terceiro capítulo, apresentando a **estrutura e organização da Pastoral Carcerária**, começa expondo sua “dimensão eclesial”. Depois de vários textos bíblicos, relembra que a PCr é “a presença institucional da Igreja no mundo dos cárceres. [...] Os que exercem este ministério o fazem comunitariamente, em nome de Cristo, em nome da comunidade eclesial, e como enviados pelo Bispo diocesano” (pp. 110-111). Além disso, não existe PCr sem o profetismo evangélico: é ‘denúncia’ das



situações prisionais que ferem a dignidade humana e, igualmente, é ‘anúncio’ da boa nova do Reino: do perdão, da justiça, da solidariedade, da liberdade.

Falando dos integrantes da PCr, da sua motivação e atuação, escreve o autor: “Frequentemente ouve-se dizer que a resposta à delinquência deve ser uma repressão mais dura! Infelizmente, o mundo das prisões é um mundo também marginalizado pela maioria das comunidades eclesiais!” (p. 115). Por isso, “fazer parte da PCr pressupõe uma vocação peculiar, requerendo qualidades humanas indispensáveis para este tipo de serviço eclesial” (ibid.). Além da preparação adequada, a equipe de PCr só pode funcionar satisfatoriamente quando se reúne com regularidade e participa de encontros específicos, em âmbito diocesano e também regional.

Em relação às visitas nos presídios, garantidas pela Lei de Execução Penal, de 1984, art. 24, saiu em 2011 a “Resolução n. 8”, com normas que facilitam esse direito legal<sup>2</sup>. Mesmo assim, é comum, na prática, os agentes da PCr encontrarem obstáculos à visita neste ou naquele dia, desta ou daquela maneira, sendo necessária paciência e perseverança. Nas páginas 121-130, o autor apresenta várias indicações práticas, muito úteis, para os contatos com os presos/as. Como entender a “assistência religiosa”? Ela não é proselitista, não vai recrutar para esta ou aquela denominação, não vai “converter”, mas, antes de tudo, “visitar”. É o que Jesus nos pediu, em Mt 25,36. Da visita, seguem os outros passos, inclusive momentos de oração, celebração, caminhada de conversão.

Quanto aos “desafios, obstáculos e perspectivas”, o autor comenta “a violência nos presídios”: é “um eco da violência na rua, nas casas e no coração das pessoas, enfim, de todo um sistema sociopolítico baseado em exploração, injustiça e ‘tirar vantagem em tudo’. Para dizê-lo mais claramente, a alternativa não é ter ‘prisões menos violentas’, mas ter uma sociedade mais justa e igualitária, onde se cultivem princípios éticos de convivência humana” (p. 132). Quanto à própria PCr: “Participar, como voluntário, da PCr, é, antes de tudo, assumir uma espiritualidade de serviço desinteressado... É um dos ministérios mais sublimes na Igreja, embora seja também um dos mais desconhecidos e, lamentavelmente, pouco apreciados” (p. 133).

<sup>2</sup> O texto integral da “Resolução” encontra-se como “Adendo”, no final do livro, pp. 157-162.



Sobre as “linhas de trabalho priorizadas pela PCr no Brasil”, o autor assim as resume: “1) *Evangelização* – evangelizar a pessoa encarcerada na sua totalidade; 2) *Diálogo com a sociedade* – para formar uma consciência comprometida com a defesa da vida, denunciando os tratamentos degradantes; 3) *Promoção da cidadania* – ajudar o detento a conhecer seus direitos e deveres e a conquistar seu lugar na sociedade; 4) *Justiça* – Toda pessoa é digna de respeito e de justiça. A educação para a justiça passa pela recuperação e pelo exercício dos valores morais pessoais, coletivos e sociais” (pp. 135-136). Note-se, ainda, esta “profissão de fé” da PCr, segundo o texto-base da CF-97: “Cremos, com Jesus, que não se corrige a violência com outra violência. Cremos também que detestar o pecado não inclui abandonar o pecador. Cremos, ainda, que se supera a violência com o amor, a bondade e o perdão” (cit. na p. 139).

Último tópico do livro é a “utopia evangélica”, rejeitada por “um modelo de sociedade que, em si mesma, mata a utopia” (p. 144). Entretanto, a utopia do Reino, o Reino da Vida, trazida à humanidade pelo Senhor Jesus, não pode morrer! E disso nós, seus discípulos, somos testemunhas: em nosso caso, também no mundo das prisões. Quanto à oração de Paulo VI, interpretando os sentimentos de um preso orante, nas pp. 147-148, não me parece “belíssima”, como a qualifica o autor. Concordo, porém, que é um texto rico em intuições, sem dúvida. Seria interessante compará-la com a “Oração atrás das grades”, de um preso de Rebibbia, na p. 100.

Na **conclusão**, escreve o autor: “Na realidade, apenas começamos. Nunca se ‘conclui’ um trabalho de evangelização, *a fortiori* tratando-se de pessoas privadas de sua liberdade” (p. 151). E continua: “Ser cristão é, por imperativo evangélico, ser misericordioso. Como servidores/as dos presos, a Igreja nos ‘delegou’ uma obrigação, que é, ao mesmo tempo, um privilégio: colocar em prática a palavra de Jesus em Mt 25,36: *Estive preso no cárcere, e viestes ver-me.* [...] Vale a pena, sim, engajar-se na PCr, pois o trabalho humanizador no sistema prisional corresponde, integralmente, à missão que o Senhor confiou a seus seguidores/as: *evangelizar*. O sonho de Deus é, efetivamente, ‘uma sociedade sem prisões!’” (p. 153)

Quanto à apresentação do texto, muito bem diagramado, é de agradável leitura. Numa segunda edição, que certamente ocorrerá, certos detalhes de revisão deverão ser melhorados ou corrigidos, p. ex. o sobrenome “Trombetta”, que pelo menos duas vezes saiu como “Trometta”:



na nota de rodapé, à p. 63, e na Bibliografia, à p. 156; na citação de Mt 25,36, no Prefácio, à p. 17, houve um erro de concordância verbal: “*Tudo o que fizestes... é a mim que fizestes*” (não “fizeste”); o “segundo objetivo” da pena privativa de liberdade, à p. 43 em baixo e p. 44 em cima, é a “prevenção... através da *intimidação*” (não “intimação”) etc. Mas farei um elenco do que anotei, e o mandarei ao autor.

Terminando, só me resta congratular-me com o Frater Henrique pelo excelente livro que, a meu ver, prestará grande serviço à Pastoral Carcerária, tanto para os que já a fazem como para os que ainda se omitem. Exatamente nestes dias estão, mais uma vez, pipocando atentados a ônibus, comandados de dentro dos presídios de Santa Catarina. É uma nova maneira que os presos encontraram, infelizmente, de fazer ouvir sua voz. Que a reação não seja simplesmente endurecer, reprimir... mas dar condições, segundo o que prevê a LEP, Lei de Execução Penal, para que os presos se recuperem. Este livro é uma valiosa contribuição nesse sentido.

*E-mail do Recensor:*  
ney.brasil@itesc.org.br